

***Vinte anos a serviço da educação e a memória institucional da Associação de
Educação Católica do Brasil (AEC)***

Alvaro de Oliveira Senra
Doutor em Ciências Sociais (UERJ)
Professor do CEFET-RJ

I – A relevância do objeto

Este texto procura analisar a relevância histórica do livro *Vinte anos a serviço da educação*, registro, sob o prisma católico, de um período fundamental para a configuração da educação escolar no Brasil. Entre a redemocratização, ocorrida em 1945, e o Golpe Militar de 1964 ocorreu uma série de embates envolvendo o papel do Estado na educação, a discussão das leis do Ensino Secundário, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o papel a ser desempenhado pelas redes pública e privada, esta então majoritariamente católica.

Estes embates formaram a arena onde vários sujeitos políticos se enfrentaram e negociaram as condições em que se daria a formatação legal e a expansão da educação brasileira, no momento de acelerada modernização econômica e urbanização que se seguiu ao fim da Era Vargas.

Em *Vinte anos a serviço da educação* toda essa movimentação se revela sob o ponto de vista das teses da Igreja Católica, representada principalmente pela Associação de Educação Católica do Brasil (AEC), entidade nacional que teve papel decisivo na mobilização do setor privado, sobretudo nos prolongados e tensos períodos de feitura, discussão e votação da primeira LDB. Na compilação dos documentos contidos nesta obra, assim como na feitura dos textos que expressam o ponto de vista católico, sobressaiu-se a figura do jesuíta Artur Alonso Frias (que assinou o livro sob seu pseudônimo religioso de Mariano da Cruz), então presidente nacional da AEC.

A produção da historiografia e da sociologia da educação, no Brasil, tem enfatizado o campo político e intelectual vinculado à defesa da educação pública, assim como as características e os problemas das ações do Estado a ela relacionadas. O caráter relativamente tardio da expansão e universalização do ensino público e sua relação com as graves desigualdades sociais e regionais, os problemas crônicos do ensino voltado

para as camadas populares, e as dificuldades políticas enfrentadas por intelectuais e sujeitos políticos relacionados à defesa da escola pública tornam mais do que justificado o interesse que sua temática desperta.

No entanto, a configuração do sistema escolar brasileiro foi consequência não somente da tomada de decisões e da capacidade de materialização de políticas por parte do Estado, ou dos projetos dos grupos que ocupavam os seus espaços decisórios. Foi, também, resultado da capacidade de mobilização e negociação de diversos setores atuantes na educação, assim como da legitimidade que lhes foi conferida pelos segmentos da população que, por afinidade ou interesse, constituíam seu público.

As condições em que se deu a modernização brasileira e a expansão das redes públicas, ao longo do século XX, revelam a existência de uma outra face do sistema educacional brasileiro no período republicano: a grande participação de um setor privado no interior do sistema educacional brasileiro, sobretudo nas instituições dedicadas ao ensino secundário, tradicionalmente preparatório para os níveis superiores e freqüentado pelos segmentos sociais mais privilegiados. Em 1953, no interior do período temporal abarcado nesta pesquisa, a proporção de alunos freqüentando o ensino fundamental no setor público atingia a 83% do total de matrículas. Em contrapartida, no mesmo ano, a porcentagem de alunos do ensino secundário no setor público não superava 34%, diante de 66% no setor privado, então majoritariamente católico. (GARCIA E CAPDEVILLE: 2001: 62)

A análise deste “outro sujeito” da educação escolar brasileira, o ensino privado, nas suas modalidades confessional e empresarial não-religiosa, e de sua relação com as políticas educacionais postas em prática pelo Estado tem sido objeto de grande interesse acadêmico. Pode-se arrolar, neste sentido, as discussões travadas por Ester Buffa (1979), Samyra Crespo (1992); Carlos R. Cury (1988 e 1992), Luiz A. Cunha (1989a, 1989b e 1991), Vanilda Paiva (1991), Maria F. Pinheiro (1996) e Marcos M. Oliveira (2002).

No entanto, pelas razões já apresentadas (vinculadas à relevância dos problemas do ensino público) e, talvez, por preconceito, o ensino privado talvez ainda não tenha a devida atenção da pesquisa de natureza acadêmica. Diante da grande presença física das escolas privadas, de seu papel na formação de diversos setores sociais e da força de sua argumentação política, este objeto merece maior atenção por parte dos pesquisadores.

O setor privado foi, ao longo de décadas, de maioria confessional. A partir da década de 1960, no entanto, as instituições educacionais religiosas têm vivenciado um declínio relativo, em virtude da expansão do setor público e do crescimento do número de escolas de natureza empresarial não-religiosa.

O segmento religioso da educação escolar confessional, no Brasil, até hoje se confunde em grande parte com rede escolar católica. Não obstante, o catolicismo não detém o monopólio da rede escolar religiosa no Brasil. Outras igrejas e credos criaram redes escolares próprias, algumas bastante tradicionais, como as mantidas pelas Igrejas Metodista e Presbiteriana, que fundaram instituições educacionais simultaneamente à proclamação da República e às liberdades resultantes da separação entre Estado e Igreja. Também existem diversas instituições escolares israelitas portadoras de tradição de ensino.

No entanto, cabe à Igreja Católica o lugar de destaque na história educacional brasileira. Presente na educação (escolar e não-escolar) desde a implantação do projeto colonial português na América, vinculando-se organicamente a o Estado metropolitano, a Igreja Católica se responsabilizou, principalmente através atuação da Companhia de Jesus, pela estruturação de um sistema dualista de ensino que virtualmente excluiu os escravos, ministrando às populações não-proprietárias as noções mínimas necessárias à sua incorporação cultural subalterna ao mundo do trabalho colonial e possibilitando aos filhos das classes proprietárias o acesso a formas mais elevadas de educação.

A experiência educacional jesuítica manteve-se após a expulsão da Companhia de Jesus pelo governo português, em 1759, e a independência política, em 1822 deixando marcas profundas na educação brasileira; entre essas marcas destaca-se, além do caráter dualista citado, o ensino de caráter humanista, literário e dogmático.

Com o estabelecimento do Estado republicano, em 1889, e a institucionalização do seu caráter laico já em 1890, os católicos, valendo-se da atuação de congregações religiosas de origem européia, pôde constituir uma significativa rede de escolas privadas confessionais de grande relevância para a formação das elites políticas, intelectuais e econômicas. Este rede ocupou lugar estratégico na sociedade brasileira de então, beneficiada inclusive pela ausência de políticas públicas de escolarização em massa por parte do Estado brasileiro.

A partir das décadas de 1920 e 1930 o Estado brasileiro foi se capacitando para uma intervenção maior na educação escolar, transformando-a gradativamente em política pública vinculada aos objetivos da modernização econômica e do fortalecimento do sentimento de nacionalidade. Isso implicava não somente a expansão quantitativa da rede, mas a ampliação da legislação educacional e o estabelecimento de objetivos de longo prazo. A Igreja Católica procurou se inserir nesse processo, articulando benefícios legais para suas instituições educacionais e a inserção do ensino religioso na rede pública em fase de expansão. A existência de fortes grupos católicos de pressão e os vínculos entre Estado e Igreja Católica durante o período varguista (1930-1945) facilitaram em muito a conquista desses privilégios.

Para conseguir esses objetivos, a Igreja Católica precisou empreender modificações na sua forma de atuar e nas premissas de suas propostas, posicionando-se e preparando-se para o processo de modernização realizado pelo Brasil a partir das décadas intermediárias do século XX. A possibilidade de perda das garantias que o Estado assegurava às escolas e às teses defendidas pela Igreja durante o período varguista (1930-1945), e o desenvolvimento de forças político-sociais que defendiam a expansão da escola pública no contexto democrático iniciado em 1945 puderam ser sentidos nos debates da Assembléia Nacional Constituinte (1946) e, posteriormente, nas discussões da primeira Lei de Diretrizes e Bases (1948-1961), tornando a posição da Igreja relativamente mais frágil do que em períodos anteriores.

Desde então, as reivindicações católicas para a educação escolar passaram a fundamentar-se no direito que os setores da sociedade compromissados com o catolicismo tinham de desfrutar de uma educação em consonância com seus valores. As proposições da Igreja alinharam-se, naquele momento, com a defesa da escola privada, tendo a Associação de Educação Católica do Brasil (AEC) desempenhado um papel estratégico nessa direção.

A AEC foi fundada em 1945, nos momentos finais do Estado Novo, quando se anunciava um período de lutas e de reconfiguração política, no qual a defesa da educação católica se daria em igualdade de condições com outros sujeitos políticos. O início da atividade da AEC em 1945 representou a continuidade, sob novas condições, dos mecanismos criados para lutar pela presença do catolicismo na educação escolar brasileira, no interior do Estado republicano. Além da manutenção da rede de

instituições próprias, o esforço da Igreja dirigiu-se à introdução do ensino confessional nas escolas públicas.

A reflexão centrada nos contornos e na ação mais específica da AEC tem nascido, fundamentalmente, da autoria de intelectuais vinculados diretamente à educação católica. Além da obra editada por Artur Alonso Frias/Mariano da Cruz (1966), aqui abordada, os textos de vários autores reunidos no livro coordenado pela Ir. Severina A. Lima (1995) e a edição comemorativa publicada por Leandro Rossa (2005) expuseram uma reconstituição da trajetória da AEC de grande valor documental e capacidade de abordagem crítica do projeto de educação católica, sendo, no entanto, obras escritas à margem da produção acadêmica feita na Universidade.

Publicado em 1966 por Mariano da Cruz, *Vinte anos a serviço da educação* é fonte documental de extrema relevância para o estudo da Associação de Educação Católica do Brasil (AEC), por conter as memórias institucionais das primeiras duas décadas de existência da entidade, além de grande número de documentos, como textos produzidos pela própria AEC e por outras instâncias católicas dedicadas à educação, debates parlamentares e registros de reuniões com representantes do Estado, estatutos, teses, além de reunir editoriais, atas, circulares e artigos publicados em *Servir* (boletim da AEC) e manifestos de defesa do ensino privado em geral, e católico em particular.

Seu autor, nascido na Espanha em 1901, ordenou-se na França e atuou no Brasil desde o início da década de 1920. Homem dotado de grande capacidade de trabalho, foi, entre outros cargos, Diretor do Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1941 e 1947; Provincial dos Jesuítas do Brasil, em 1945; Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro de 1956 a 1966; e membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (1961-1967).

Católico tradicionalista, Mariano da Cruz se opôs às reformas introduzidas pelo Concílio Vaticano II, que, em sua opinião, enfraquecia a autoridade do Papa e a hierarquia da Igreja. Desiludido com o apoio da Companhia de Jesus às decisões do Concílio, se transferiu para a Espanha. Retornou posteriormente ao Brasil, onde veio a falecer em 1990. (RAMAL: 1999: 99)

Mariano da Cruz imprimiu suas convicções à AEC, que presidiu entre o ano de sua fundação, 1945, e 1965. Além dele, a primeira diretoria da entidade era composta pelo beneditino Hildebrando Martins, vice-presidente; pelo barnabita Francisco Maffei,

tesoureiro; pela professora Laura Jacobina Lacombe, secretária; e pelo padre Hélder Câmara, que ocupou o cargo de assistente eclesiástico. (PUHL: 1995: 78)

Na direção da entidade, o autor de *Vinte anos a serviço da educação* marcou sua atuação pelo combate sem trégua a tudo que representasse a possibilidade de monopólio educacional por parte do Estado. Neste sentido, o autor, a entidade por ele dirigida e a obra publicada chegam a se confundir, tamanha a energia e a convicção que dedicam à luta pela educação católica.

O contexto político da fundação da AEC indicava o principal adversário a ser enfrentado pelos católicos: a concepção liberal de uma educação escolar ordenada e ministrada pelo Estado laico. O Ministério da Educação tornou-se o símbolo da presença e da interferência estatal na vida das escolas privadas. Para Mariano da Cruz, a contraposição à força invasiva do Estado no espaço educacional católico requeria ordenamento jurídico e mobilização política das forças fiéis a Igreja. Neste sentido, ele se referia à AEC como um “Pequeno Ministério da Educação” católico.

Esta auto-referência fundamentou-se numa concepção ainda muito marcada pelos ideais de neocristandade. Esta concepção floresceu na Igreja Católica, no Brasil, entre as décadas de 1910 e 1950, assumindo a defesa do conservadorismo e da ordem, além do combate às ideologias seculares e às outras concepções religiosas, implicando em um catolicismo vigoroso e de renovado espírito missionário, buscando sempre revitalizar sua presença junto à sociedade e ao Estado. (MAINWARING: 1989: 43)

As concepções vinculadas à neocristandade foram sendo gradativamente abandonada pelos seus dirigentes da AEC a partir das transformações vividas pelo catolicismo institucional após meados da década de 1960, coincidindo com o Concílio Vaticano II e a retirada de Mariano da Cruz da presidência da AEC.

II – O conteúdo da obra

Vinte anos a serviço da educação é uma obra de grande importância para o entendimento da educação brasileira no período de 1945 a 1964, e esta importância não se restringe ao tema específico da educação escolar católica, mas compreende o próprio desdobramento das políticas públicas implementadas pelo Estado, naquele período crucial do processo de modernização brasileiro.

Ao registrar a memória institucional da AEC neste livro, Mariano da Cruz pretendeu não somente conservar a memória, mas dar-lhe um sentido épico de luta contra o possível monopólio estatal, contra os adversários ideológicos da Igreja Católica, conservando o espírito combativo e o tradicionalismo da entidade.

Em primeiro lugar, o autor em nenhum momento em proclamar a liberdade de ação educacional para a Igreja Católica, a partir da constatação do vínculo existente entre educação e a missão reservada por Jesus Cristo aos membros do clero. *Vinte anos a serviço da educação* enfatiza as palavras proferidas pelo Papa Pio XI, em 1953:

A Educação é, de fato, e sem sombra de dúvida, sob seu aspecto mais essencial, a mais atualizada forma de apostolado. Não afirmamos isso sem reflexão. A Educação é, verdadeiramente, a modalidade mais moderna de Apostolado. (CRUZ: 1966: 15)

Para Mariano da Cruz, esse compromisso apostólico significava a preservação do ideário educacional católico como baluarte de luta contra os elementos de dissolução trazidos pela modernidade: o individualismo, o laicismo, o fortalecimento do Estado e o correlato enfraquecimento dos espaços comunitários. O sucesso neste combate, no entanto, dependeria sobretudo da unidade sob a guarda da Igreja Católica.

Neste sentido, é compreensível a ênfase no combate aos os segmentos modernizantes e críticos no interior do catolicismo institucional, num momento em que os primeiros sinais de um catolicismo reformista aberto às influências do mundo moderno e sensível à democracia, à democratização social e – consequência disto, à necessidade de expansão do papel educacional do Estado. Este combate pode ser notado em meio à luta dos católicos pelo conjunto da educação privada, no longo período de gestação e votação da primeira LDB (1948-1961). Ao se referir aos católicos que se puseram no campo da educação pública, Mariano da Cruz não hesitou em lhes desferir duro ataque:

Não faltaram, mesmo no campo católico, elementos doutrinariamente despreparados e irresolutos, diante da violência daquelas arremetidas que, embora investidos de graves responsabilidades sociais, se duspunham pro bono pacis – falsa paz, naturalmente, a ceder à pressão dos adversários do ensino livre, mesmo com o sacrifício a princípios, de direitos e de um patrimônio secular da Igreja que, por outra parte, e isto os desculpa, eles eram incapazes de aquilatar. (CRUZ: 1966: 144-145)

O autor demonstra uma postura extremamente resoluto e sem concessões na defesa da escola católica, sendo, ao mesmo tempo, crítica e reativa em relação a processos que afetavam outros setores vinculados ao catolicismo brasileiro, permeando-

os de influências inovadoras e tornando-os relutantes em relação à função da educação católica tradicional de formadora de elites:

Como explicar que, hoje, sem que tenha variado o ensinamento de Roma, sejam as teses dos inimigos da Igreja esposadas e difundidas, mesmo aqui no Brasil, por associações de jovens, como a JEC e a JUC, por partidos ou grupos políticos que se dizem inspirados em princípios cristãos, como AP (Ação Popular) e PDC (Partido Democrata Cristão) e, até mesmo, por adultos – na verdade não especializados no assunto – mas investidos de graves responsabilidades no campo católico? (CRUZ: 1966: 109)

A unidade dos católicos não permite, portanto, a existência de dissidências ou mesmo de inquietações por parte dos seus adeptos. O período em que se vivia trazia toda uma série de adversários ideológicos, antigos e novos, exigindo uma atuação política unificada que, segundo Carlos R. Cury, tinha como objetivos:

lutar contra o “novo” trazido pelo “individualismo liberal-protestante” e desmontar o “perigo do novíssimo” representado pelas lutas de classes do marxismo. É nesse sentido que ela (a Igreja) atuará enfaticamente por meio de institutos próprios na formação de elites intelectuais capazes de se tornarem presentes no ensino superior público e nas escolas normais oficiais, nas escolas de sua rede privada, na imprensa, na política e no próprio aparelho de Estado. E não se descuidará da formação e do recrutamento de novas gerações, diretamente, por meio das catequese em espaços próprios, nas suas escolas confessionais e nas escolas públicas especialmente pelo ensino religioso facultativo. (CURY: s/d: 10)

No entanto, as exigências e dificuldades para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Igreja para a educação – o combate aos seus adversários ideológicos e ao monopólio do Estado - sob o contexto de pluralismo posterior ao período varguista estão entre as razões para o esforço de criação de uma entidade nacional permanente, a AEC, e para sua postura de construir alianças com o segmento empresarial não-religioso da educação escolar, tendo como base a bandeira do privatismo. (ROSSA: 2005: 82)

A necessidade de construir alianças explica a forma contraditória como o posicionamento dos segmentos educacionais religiosos não-católicos aparece em *Vinte anos a serviço da educação*. Nas décadas de 1940 e 1950 suas páginas assinalaram o “clima de perfeita colaboração e harmonia” entre representantes de colégios católicos e protestantes nos Congressos da Educação Particular, além de citarem a assinatura do Grão-Rabino Henrique Lemle à Declaração sobre a LDB articulada pelos católicos por ocasião dos debates que antecederam à sua votação, em 1961. (CRUZ: 1966: 59 e 416-422)

Contudo, registraram-se fortes críticas, sobretudo à postura dos protestantes diante da vigorosa defesa da escola privada feita pelos católicos. Podemos encontrar este tipo de crítica na citação, por Mariano da Cruz, de documento produzido pela

Confederação Interamericana de Educação Católica (CIEC), que não aceitou o apoio dado pelas Igrejas protestantes ao ensino oficial laico:

A boa fé dos pais dissidentes levou-os a por sua confiança na escola leiga mantida pelo Estado; entretanto, não é presumível essa boa fé em quem nega a Deus qualquer homenagem. O ateísmo está fora da lei. Nos termos atuais é aceitável a fórmula proclamando: “a escola cristã para as famílias cristãs. Justiça para as famílias católicas. (CRUZ: 1966: 59).

Esta frente de luta (embora ambígua) contra o protestantismo não teve referência somente na defesa dos privilégios educacionais da Igreja Católica. Ela compreendeu o enfrentamento com a aproximação do ideário educacional protestante com os movimentos de renovação educacional. O caráter minoritário do protestantismo brasileiro e a experiência ainda recente de sobrevivência sob um Estado que mantivera relações privilegiadas com o catolicismo aproximou as Igrejas protestantes das posições de defesa da escola pública. (BUFFA: 1979: 70)

A defesa da educação católica empreendida por Mariano da Cruz não se limitou ao papel missionário daquela, nem ao combate às forças adversárias do catolicismo. O autor soube se utilizar de argumentos pragmáticos para justificar a existência das escolas privadas e a luta por elas travada, afirmando que o aluno da rede particular custava quatro ou cinco vezes menos que o da rede pública e que, portanto, o Estado brasileiro deveria investir na sustentação e expansão das escolas particulares, “respeitando o dinheiro da família brasileira”. Negar ou restringir o direito à existência da escola privada seria “rejeitar essa doutrina e desrespeitar os direitos da família, vetando-lhe a educação que corresponde à sua filosofia.” (CRUZ: 1966: 433)

A ramificação social do catolicismo institucional nas décadas intermediárias do século XX, a unidade do segmento escolar católico, e a capacidade de liderança e mobilização da AEC garantiram estabilidade jurídica ao setor privado, oferecendo-lhe não somente os frutos da campanha da LDB.

A combatividade dos católicos ao longo do período democrático (1945-1964), organizados principalmente na AEC e liderados por Mariano da Cruz fundou sua luta na apropriação da idéia da liberdade de convicções diante do monopólio uniformizador do Estado. A imagem difundida remete à defesa da liberdade de crença dos grupos societários cristãos contra a determinação da uniformidade de valores por um Estado laicista e tendencialmente totalitário. Para Mariano da Cruz,

Uma das grandes bandeiras, do início deste período, era a defesa do pluralismo, da liberdade e da democratização do ensino. A educação católica, praticamente, hegemônica até o final do período do padroado, deparava-se

agora, com a expansão do ensino público, laico e liberal, o fortalecimento do marxismo e o avanço da educação protestante, em várias capitais e grandes cidades brasileiras. Tudo isso criava exigências e dificuldades para a escola católica e levava a AEC, seguindo as orientações da Igreja, a: combater o monopólio estatal no campo da educação, que esbarrava de frente com a liberdade de ensino, e, portanto, com o ensino particular confessional; (...) ajudar a Igreja a resgatar a confiança de que gozara junto ao governo, em outras circunstâncias da história brasileira, além de: encontrar aliados na defesa dos valores humanistas e cristãos, no campo da educação. (CRUZ: 1966: 82)

Opondo-se ao monopólio estatal consubstanciado no privilégio dado à escola pública, a AEC fez uma opção radical de defesa da escola privada. Qual, no entanto, a natureza do “privado” defendido até o último reduto pela AEC e em *Vinte anos a serviço da educação*? Observa-se a dissociação entre o conceito de privado e a idéia de lucro. O privado não remete à atividade empresarial. Ele é entendido como direito da sociedade civil, e não como atividade exercida no campo do mercado. A hegemonia católica no interior do setor privado da educação escolar traduziu-se na defesa de um privatismo desvinculado da idéia de lucro. Um conceito de privado não-capitalista.

III – Uma pequena conclusão

Vinte anos a serviço da educação teve uma única edição, e pouquíssimos exemplares restaram. Como obra, é registro da maior importância para o estudo do processo educacional brasileiro, em um período histórico em que entrecruzavam a rápida modernização econômica e social do país, a acelerada escolarização e as lutas pela sobrevivência do setor privado, tradicionalmente hegemonizado pelas escolas católicas.

Muitas das chaves para o entendimento dos desdobramentos posteriores da educação brasileira se encontram em suas páginas, caso se parta do princípio de que a materialização política não é fruto de conflitos bipolares, mas de um complexo jogo de interesses e convicções, relações de força, conflitos, alianças e negociações. Só por isso, *Vinte anos a serviço da educação* merece ser publicado, para ficar à disposição de pesquisadores e interessados.

Sendo um registro da memória institucional de uma instituição, *Vinte anos a serviço da educação* traz a marca de seu organizador e comentador, Mariano da Cruz,

intelectual católico conservador da maior relevância, pelo vigor de suas convicções e pela sua capacidade organizativa.

Fontes de Investigação e Referências Bibliográficas

ARNS, Paulo E. *Liberdade de ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1960.

Associação de Educação Católica do Brasil. (AEC) *Servir*. Boletim da AEC. De 1945 a 1963.

CRUZ, Mariano da. *Vinte anos a serviço da educação*. Rio de Janeiro: AEC, 1966.

FÁVERO, Marilene. *Os 50 anos de caminhada*. In: LIMA, Severina A. (coord.) *Caminhos novos na educação*. São Paulo: FTD, 1995, pp. 47-60.

GANDIM, Danilo. *Proposta pedagógica da AEC*. In: LIMA, Severina A. (coord.) *Caminhos novos na educação*. São Paulo: FTD, 1995, p. 61-66.

LIMA, Ir. Severina A. (coord.). *Caminhos novos na educação*. São Paulo: FTD, 1995.

ROSSA, Leandro. *AEC do Brasil 60 anos: uma presença católica na educação*. Brasília, DF: AEC, 2005.

PUHL, Antonio. *Organização e administração*. In: LIMA, Severina A. (coord.) *Caminhos novos na educação*. São Paulo: FTD, 1995, p. 69-101.

STEIN, Gesuína B. *A educação nos documentos da Igreja Católica Romana*. Brasília, DF: Universa, 2001.

VÁRIOS. *Depoimentos de Presidentes da AEC do Brasil*. In: LIMA, Severina A. (coord.) *Caminhos novos na educação*. São Paulo: FTD, 1995, p. 167-206.

Outros documentos

Brasil. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, de 18 de setembro de 1946. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. www.planalto.gov.br/ccivil. Acessado em 10 de janeiro de 2011.

Bibliografia

BEIGUELMAN, Paula. *O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito*. In: MOTA, Carlos G. *Brasil em perspectiva*. 17ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

BEOZZO, José O. *A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização*. In: FAUSTO, B. (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: o Brasil republicano. 4º vol.: Economia e cultura (1930-1964). 2ª ed., São Paulo: Difel, 1986, p. 271-342.

BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. *A Igreja Católica enquanto grupo de pressão na tramitação da LDB*. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Catolicismo, educação e ciência*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 117-134.

CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JQ*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CÔRTEZ, Norma. *Católicos autoritários*. Breves considerações sobre a sociologia de Alceu Amoroso Lima. Intellectus. www2.uerj.br/~intellectus/. Acessado em 3 de julho de 2007.

CRESPO, Samyra. *Escolas católicas renovadas e educação libertadora*. In: SANCHIS, P. (org.). *Catolicismo: modernidade e tradição*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 153-218.

CUNHA, Luiz A. (org.) *Escola pública, escola particular e a democratização do ensino*. 3ª ed., São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1989a.

_____. *Apresentação*. In: CUNHA, Luiz A. (org.) *Escola pública, escola particular e a democratização do ensino*. 3ª ed., São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1989b, p. 7-10.

_____. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: UFF; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1991.

CURY, Carlos R. *Ideologia e educação brasileira*. 4ª ed., São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1988.

_____. *O legado da Era Vargas: educação e Igreja Católica*. S/d, mimeo.

DELLA CAVA, Ralph *Igreja e Estado no Brasil do séc. XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro*. Estudos Cebrap. Rio de Janeiro: 1975, abr./jun., nº 12, p. 5-52.

FÁVERO, Marilene. *A Associação de Educação Católica (AEC)*. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Catolicismo, educação e ciência*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 283-293.

FOULQUIÉ, Paul. *A Igreja e a educação*. Rio de Janeiro: Agir, 1957.

GARCIA, José T. e CAPDVILLE, Guy. *Educação católica*. Bauru, SP: EDUSC; Brasília, DF: Universa, 2001.

LIMA, Danilo. *Educação, Igreja e ideologia*. Uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja católica no Brasil República*. Cem anos de compromisso (1889-1989). São Paulo: Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. Vol 4: A Era Contemporânea. São Paulo: Loyola, 1997.

MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MONTERO, Paula. *A Igreja Católica diante da modernidade brasileira*. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Catolicismo, educação e ciência*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 77-86.

MOURA, Laércio D. *A educação católica no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 2000.

NISBET, Robert A. *As idéias-unidade da sociologia*. In: MARTINS, José S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986a, p. 41-61.

_____. *Conservadorismo e sociologia*. In: MARTINS, José S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986b, p. 62-76.

OLIVEIRA, Marcos M. *Os empresários da educação e o sindicalismo patronal: o sindicato dos estabelecimentos de ensino no estado do Rio de Janeiro (1944-1990)*.

OLIVEIRA, Romualdo P. *A educação na Assembléia Constituinte de 1946*. In: FÁVERO, Osmar. *A educação nas Constituintes brasileiras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996, p. 153-190.

OLIVEIRA, Romualdo P. e PENIN, Sonia. *Educação e sociedade na Assembléia Nacional Constituinte de 1946*. Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 12 (1/2), janeiro/dezembro de 1986, p. 261-288.

PAIVA, Vanilda. *Igreja e modernidade: educação e ciência*. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Catolicismo, educação e ciência*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 13-60.

PIERUCCI, Antonio F. O. et al. *Igreja Católica: 1945-1970*. In: FAUSTO, B. (dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: o Brasil republicano. 4º vol.: Economia e cultura (1930-1964). 2ª ed., São Paulo: Difel, 1986, p. 381-416.

PINHEIRO, Maria F. *O público e o privado na educação: um conflito fora de moda*. In: FÁVERO, Osmar (org.) *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. Campinas, SP: 1996, p. 255-292.

RAMAL, Arthur C. *Artur Alonso Frias*. In: FÁVERO, Maria L. e BRITTO, Jader M. *Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ : MEC – Inep, 1999, p. 99-103.

ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil*. 11ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

SAVIANI, Demerval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 1983.

SCHWARTZMANN, Simon, Bomeny, Helena & COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra : Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SENRA, Alvaro O. *Matizes do privado*. A AEC e a defesa da educação escolar católica (Brasil, 1945-1994). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.